

DESIGUALDADE SOCIAL: Uma análise da Extrema Pobreza no Brasil

ALMEIDA, Gabriel; ALVES, Larissa; SILVA, Stephanie; FERNANDES, Sebasthiany
Graduando em Direito pelo UNIFAGOC – E-mail: gabrielfilgueira01@gmail.com
Graduanda em Direito pelo UNIFAGOC – E-mail: lari.2003.lari@hotmail.com
Graduanda em Direito pelo UNIFAGOC – E-mail: sthececilia@gmail.com
Graduanda em Direito pelo UNIFAGOC – E-mail: sebasthiany28@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem foco para os dados quantitativos sobre a extrema pobreza e os efeitos causados pela pandemia do Covid-19, juntamente com os recursos implantados pelo governo para que houvesse uma defasagem menor nas regiões mais carentes do país. O presente artigo contará também com os índices da inflação sobre os produtos nacionais tais como, o aumento dos preços no ramo alimentício. Quanto à metodologia a pesquisa se classifica como quantitativa e documental. Segundo Vergara (2006, p. 48) a "pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". Neste sentido a construção do artigo se deu essencialmente por meio de artigos, informações jornalísticas e dados obtidos em repositórios como Google Acadêmico e documentos que contribuíram na construção do artigo, estes se deram pela seleção de leis e normativas federais, bem como dados de órgão públicos e privados de respeitada idoneidade.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial. Desigualdade Regional. Inflação.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a extrema pobreza se revelam como problemas complexos, multidimensionais, e, por mais que suas consequências recaíam sobre cada pessoa ou família individualmente, enfrentá-los de maneira efetiva pressupõe intervenções integradas, transversais e intersetoriais. (ARANHA, 2019)

A pandemia do COVID - 19 causou malefícios na vida de milhões de pessoas – em todos os países, os mais pobres sofreram os maiores impactos, perdendo emprego e renda enquanto os mais ricos conseguiram se recuperar em tempo recorde. A pandemia expôs, alimentou e aumentou as desigualdades econômicas, de raça e gênero por toda a parte.

A luta por um mundo mais justo e menos desigual tem que ser prioridade dos esforços de recuperação econômica. No Brasil, o governo federal implantou em 2 de

abril de 2020 através da lei 13.982/20, o programa Auxílio Emergencial numa tentativa de garantir os direitos assegurados na Constituição de 1988, com ênfase no que está presente no inciso III do artigo 3 que fala em erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. (BRASIL, 2020)

No entanto os valores do auxílio variaram entre R\$600,00 e R\$1.200,00, mesmo com essa ajuda as famílias enfrentaram dificuldades. Logo, que teve uma grande alta de preços nos mercados. De acordo com o site CNN Brasil, em dois anos de pandemia o supermercado subiu 31%, gasolina 44% e a conta de luz 33%, segundo o mesmo, até fevereiro deste ano o índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) acumula alta de 16,3% (ELIAS, 2022). Diante de esses fatos apresentados a consequência chegou, em 6 de julho de 2022 o Brasil voltou a aparecer no mapa da fome, algo que não acontecia a um tempo considerável. (BRASIL, 2022)

Fez-se presente na sociedade brasileira, pessoas enfrentando filas para comprar ossos, aumento na procura em comércios e açougue por carnes mais em conta como pé de galinha, pescoço, entre outros. Houve crescentes números em relação a pessoas vivendo em situação de rua por conta do desemprego e grande aumento na evasão escolar. O Brasil passou a voltar a conviver com milhares de crianças indo para escola para alimentarem da merenda uma vez que eram suas únicas refeições diárias.

Diante essa situação o Governo Federal através da Lei 13.987/20 determinou que a distribuição de gêneros alimentícios devesse ser realizada aos pais ou responsáveis dos alunos, com acompanhamento pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como forma de reduzir essa insegurança alimentar durante a pandemia. O Governo Federal através dessas leis/ações tentou cumprir com o seu dever que é de garantir condições mínimas de sobrevivência para pessoas de extrema pobreza.

O objetivo da pesquisa consiste em descrever e analisar a atual situação da desigualdade social no Brasil, com destaque para os dados quantitativos relacionados às características das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

2. EXTREMA POBREZA E DESIGUALDADE REGIONAL

O Brasil nas últimas décadas vem se destacando pela má distribuição de renda, causando assim uma maior desigualdade social. Segundo o Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PUB) na sua última pesquisa o Brasil ocupava o sétimo lugar em relação aos países mais desiguais do Mundo.

A desigualdade social se destaca por ser um fator histórico. Onde a chegada dos portugueses trouxe um grande cultural, fato que ocorreu devido ao sentimento de superioridade em relação aos nativos que já habitavam o Brasil. Podendo citar também a chegada dos navios negreiros onde começou a escravização. (MARQUES, 2018)

Existem diversas causas que hoje são colocadas em contextos como causa da desigualdade social:

Má distribuição de renda: onde há uma grande concentração de renda em uma porção menor do país.

Falta de acesso a educação: muitas crianças não possuem oportunidade de frequentar uma rede de qualidade por falta de vagas ou até mesmo por falta de repasse de verbas para as escolas.

Dificuldade em ter acesso a serviços essenciais como: saúde, moradia, alimento, água e esgoto.

A Extrema Pobreza é caracteriza pela dificuldade econômica em que uma família ou pessoa tem para manter seus custos básicos como: água, alimentação e acesso a educação.

Consideram-se pessoas em extrema pobreza cuja sua Renda Per Capita seja inferior U\$1,90 por dia. Existem várias causas para o aumento dessa pobreza, sendo elas: corrupção, doenças, falta de alimentação e aumento do nível de mortalidade. (GUITARRARA, 2022)

Muitas pessoas não se assustam com os altos índices de extrema pobreza por achar que isso é uma realidade distante, um pensamento que pouco condiz com a realidade.

Através de pesquisas apontadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), as dez cidades com os maiores números de assassinatos no Brasil têm nove vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as cidades menos “violentas”; colocando em questão investimentos em políticas sociais que possam contribuir com a erradicação da pobreza para que os índices de violência tendam a cair.

Em relação aos jovens inseridos nesse contexto, se faz possível perceber que uma boa parcela deixam os seus estudos de lado para ajudar a família no dia a dia.

Um fator relevante a ser evidenciado é o ingresso dos jovens no tráfico de drogas, enxergado por muitos como uma única oportunidade. Tendo muitas das vezes como consequência a exploração de trabalho infantil.

De acordo com o site o documento (2022), o número de famílias em extrema pobreza teve um aumento de 11,8% totalizando assim 1,8 milhões de família em relação ao final de 2022. Fato que ocorreu devido aos impactos causados pela pandemia do COVID-19. Muitas famílias perderam suas únicas fontes de renda para suprir suas necessidades essenciais, perderam empregos e consequentemente aumentaram o índice de fome em diversas regiões. Fator que levou essa população a recorrer por auxílios e cestas básicas.

Figura 1 - Total de famílias em situação de extrema pobreza



(G1: CAVALLINI, Marta. 2021)

O Brasil, em razão de sua formação territorial e histórica, é um país de grandes desigualdades, sejam elas de etnia, cor, gênero, religião, sociais ou econômicas. As desigualdades regionais não ocorrem somente dentro das cidades, mas também entre as regiões do país. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil está classificado entre os dez países mais desiguais do mundo, no que diz respeito às condições socioeconômicas (RIBEIRO, 2021). As desigualdades entre as regiões travam avanços significativos na economia nacional, conforme o estudo Desenvolvimento Regional: crescimento para todos, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022). Ao mesmo tempo em que o país possui cidades e regiões bastante

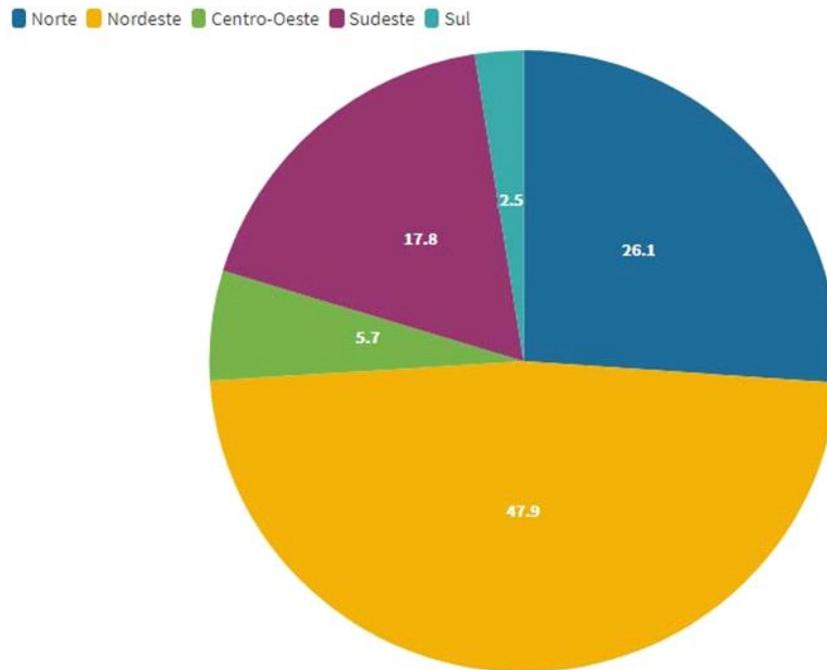
desenvolvidas, como é o caso das regiões Sul e Sudeste, é possível encontrar outras que têm índices de desenvolvimento bem menores, como as regiões Norte e Nordeste.

A concentração de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no Nordeste é a maior entre as cinco regiões brasileiras, conforme atesta a pesquisa mais recente publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, as desigualdades sociais têm uma grande relação com a qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, por exemplo, a desigualdade local através do PIB (Produto Interno Bruto), tem um grande desenvolvimento regional muito conhecido, pois apresenta um desequilíbrio muito expressivo.

Esses desequilíbrios podem também ser notados quando comparamos os dados referentes às regiões brasileiras, o levantamento estatístico aponta que a região Nordeste concentra um valor proporcional a 47,9% da concentração da pobreza. Em seguida, também com índice alto, vem à região Norte, com 26,1%. O Sudeste é a terceira região, com 17,8%. Por fim, Centro-Oeste (2,5%) e Sul (5,7%) apresentam as menores taxas percentuais do País, com pouca concentração de pobreza, em relação às demais regiões (CESAR, 2020). Essas desigualdades vão muito além da renda das pessoas e passam por questões de acesso à saúde, saneamento básico, transporte e infraestrutura.

Figura 2 - Contribuição relativa para a pobreza no Brasil (por região)



(FECOP: CESAR, Davi. 2020)

3. INFLAÇÃO DOS PRODUTOS E ALTERNATIVAS ECONOMICAS

Inegavelmente com a pandemia houve um grande aumento da demanda e consequentemente o aumento da inflação e pouca oferta disponível, os preços de produtos alimentares e bebidas com isso aumentou também. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2022) em seu artigo “Estudo Sobre Variação de Preços e Produtos na Pandemia 2022” o maior índice de inflação dos produtos ficou entre os ovos (dúzia) com índice de 212,13%. Outros produtos também tiveram uma diferença significativa o Açúcar (kg) com 110,51% e a carne bovina, com 91,11%.

Analisando também o comunicado técnico disponibilizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no qual traz dados sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) observa-se que o grupo de Alimentos e Bebidas teve uma alta de 0,24% em agosto, inferior ao mesmo mês do ano anterior, que foi de 1,39%. Já os produtos alimentares básicos que entram na categoria de Alimentação a Domicílio apresentou instabilidade aumentando somente 0,01% em agosto, bem abaixo da alta de 1,63% em agosto de 2021. O principal responsável pela queda no grupo de

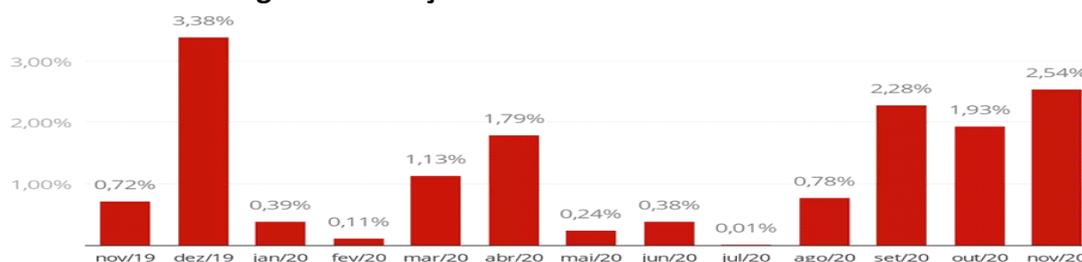
Alimentos a Domicílio foram Tomate (11,25%), que já apresentava diminuição no preço, bata-inglesa (-10,07), óleo de soja (-5,56%), leite longa vida (-1,78%) e carnes (-0,53%). Contudo destaque aumenta nos preços da cebola (5,12%), leite em pó (4,55%) e frango em pedaços (2,87%). (CNA, 2022)

Diante as inflações no pós-pandemia, o Índice de Preços e Alimentos bateu recorde em fevereiro de 2022. O preço dos alimentos em fevereiro do mesmo ano é o mais alto em cerca de 100 anos, sendo superado apenas pelo preço dos alimentos na 1ª Guerra Mundial e na Pandemia da Influenza no quinquênio 1915-1920, segundo o site EcoDebate.

Logo com o aumento dos preços muitas famílias em situação de extrema pobreza na maioria das vezes não conseguem comprar os itens básicos para poder fazer uma boa refeição com nutrientes adequados de acordo com a cartilha divulgada pelo Ministério da Saúde chamada “Guia Alimentar População Brasileira” no qual, o capítulo 5 aborda sobre Os 10 passos para alimentação saudável e tem como objetivo incentivar a população brasileira a consumir variedades de alimentos, tais como; grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes – e variedade dentro de cada tipo – feijão, arroz, milho, batata, mandioca, tomate, abóbora, laranja, banana, frango, peixes etc. (BRASIL, 2014)

Diante os expostos, vimos que a realidade de 13,5 milhões de pessoas não os permite seguir esses 10 passos para uma alimentação saudável, fazendo com que estas recorram a bens substitutos para poder sobreviver diante a inflação. Famílias cujas economias foram afetadas, em setembro de 2021 na cidade de Cuiabá no Estado de Mato Grosso formaram filas na frente de um açougue que estavam distribuindo ossos com retalhos de carne para a população. (FANTASTICO, 2021)

Figura 3 - Inflação dos alimentos – mensal em %



Fonte: IBGE

(G1: SILVEIRA; NAIME 2020)

Entre as medidas adotadas para a redução dos impactos sociais da COVID-19, o auxílio emergencial instruído pela Lei 13.982 (BRASIL, 2020) sobressai em relação a outras condutas. A criação deste auxílio foi uma mistura entre o Programa do Seguro-Desemprego e a Renda Básica de Cidadania. No entanto, houve dificuldades para a implementação deste benefício.

Os beneficiados relataram dificuldades para que ocorresse a aprovação do auxílio, por semanas pessoas esperavam ansiosamente a aprovação desta ajuda. Visto que, muitos não estavam tendo o que comer dentro de casa. O governo procurou, por meio de este auxílio garantir à população seus direitos e garantias fundamentais.

De acordo com o G1, após o fim do auxílio emergencial cerca de 2 milhões de brasileiros já foram levados para a pobreza. Ao todo, 13% da população do país, ou 26 milhões de pessoas, estão sobrevivendo com uma renda per capita de apenas R\$ 250 por mês. (LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme, 2021)

Segundo o pesquisador Naercio Menezes Filho, “Com o Auxílio Emergencial, o país conseguiu reduzir a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade de renda”. Ademais apontou também que “A pobreza só não cresceu mais agora porque uma parte das pessoas que estava em casa e recebeu o auxílio conseguiu arrumar emprego.” (G1, 2021).

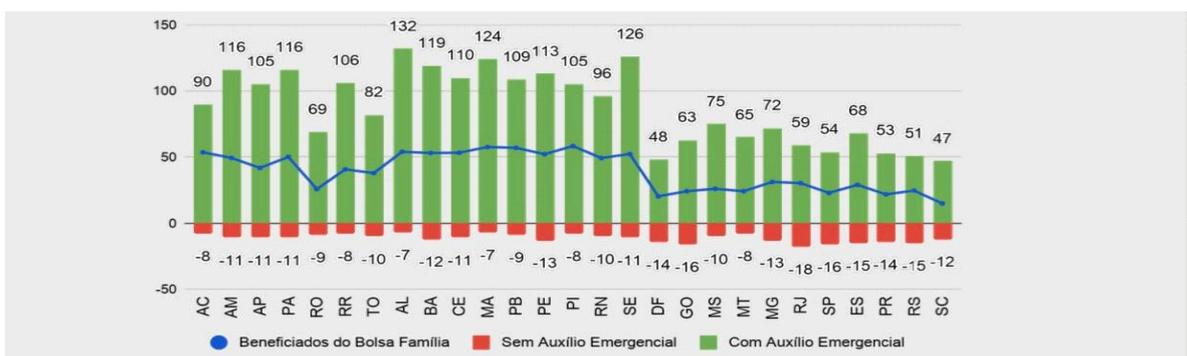
Durante o pagamento do benefício, a taxa de pobreza chegou a recuar para 8%, e a da extrema pobreza - brasileiros com renda per capita abaixo de R\$ 150 ao mês - caiu de 3% para 1% (LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme, 2021). Nesse sentido, esses dados apontam que a iniciativa do governo para conseguir deixar a nação canarinho em nível de subsistência deu certo durante esse período.

Apesar dos inegáveis benefícios do auxílio para a população brasileira, o pagamento também trouxe efeitos colaterais indesejados. Um dos efeitos que foi temido pela sociedade foi: a inflação. De acordo, com a pesquisa do Banco Central, o auxílio aumentou o preço da cesta dos alimentos. E, outro fator é nas contas públicas, já que o auxílio é muito caro. De acordo com o Ministro da Economia Paulo Guedes, o governo gastou R\$ 321 bilhões com o auxílio. (MARCHESAN, Ricardo, 2022)

Contudo, as escolas públicas também cumpriram com o seu papel. Em Minas Gerais, de acordo com site oficial de Educação do Estado, o Governo, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), através de transferência de recursos para cerca de 380 mil estudantes da rede Estadual de ensino, foi beneficiado as famílias que possuem CadÚnico, com renda per capita menor que 89 reais mensais, e possui algum membro da família matriculado na rede Estadual de ensino. Todas as famílias que atenderam a esses requisitos receberam o auxílio. (SRE/PASSOS, 2020)

No Estado do Rio de Janeiro o Governo Estadual, distribuiu um valor de R\$ 100 a alunos da rede pública, que possuíam Cadastro Único e fossem beneficiados pelo Bolsa Família. (G1,2020). O Distrito Federal é demais Estados também implementou este benefício.

Figura 4 - Efeitos do Auxílio Emergencial na Renda Média Domiciliar dos Estados em Junho (em %).



(Café com dados: Elaborado por ALBA, Barbosa e BOAVENTURA, Wagner, a partir de Gonzalez & Barreira e Costa e Freire 2020)

Analisando a figura 4 percebe-se, que tal parcela ficou mais concentrada nos estados das regiões Nordeste e Norte, onde o percentual de beneficiários com acesso

ao Auxílio Emergencial (AE), através da Bolsa Família é maior, (Costa & Freire 2020), com dados de 22 de abril, para os estados.

Gonzales e Barreira (2020), fazendo uso dos micro dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) COVID-19 relativa ao mês de junho, compararam os rendimentos totais dos domicílios dos beneficiados com e sem o AE antes e depois do benefício e concluíram – conforme o gráfico apresentado acima, apresentados no gráfico inicial deste artigo, juntamente com o percentual de beneficiários com acesso ao AE através do Bolsa Família, conforme Costa & Freire (2020) – que em todos os estados a renda domiciliar dos beneficiários do AE aumentou com ele. Sem ele, porém, as rendas desses que foram beneficiados seriam menores do que antes.

Nos estados do Nordeste, de maiores percentuais de beneficiários com acesso através do Bolsa Família, os ganhos na renda provenientes do AE ultrapassam 100%, exceto Rio Grande do Norte (96%).

No Centro-Oeste, Sudeste e Sul esses ganhos alcançaram, no máximo, 75% (Mato Grosso do Sul). Costa & Freire (2020) observam nos dados da PNAD COVID que os repasses do AE para os estados do N e NE são maiores porque essas regiões concentram o maior número de beneficiários cadastrados no Bolsa Família e recebem automaticamente o benefício, ao passo que o acesso via aplicativo da Caixa é predominante para os demais estados.

Assim, o Auxílio Emergencial garantiu um aumento de renda entre os trabalhadores de baixa renda prejudicados pela crise econômica, resultante da pandemia, e trouxe um ganho mais do que proporcional a esses para os que não necessariamente foram diretamente afetados por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pandemia o número de famílias que se encontram em extrema pobreza teve um aumento significativo, isso se dá pela falta de renda para conseguir suprir suas necessidades mínimas e ocorrendo assim à desigualdade social. Tendo em vista que a desigualdade eleva o número da pobreza, má distribuição de renda e a fome.

Esse alto do índice da extrema pobreza se deu após a Pandemia do COVID-19 onde diversas famílias perderam seu emprego ou a forma em que conseguiam suas

fontes de renda para manter-se e em algumas famílias os jovens teve que abandonar a escola para ajudar nas despesas.

Nota-se que a desigualdade regional tem em muitas regiões, mas o maior percentual se encontra nas regiões norte e nordeste do país, nessas regiões concentram-se os menores índices de desenvolvimento social e econômico do país, em destaque o maior número relativo de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e as maiores taxas de desemprego, faltam incentivos de desenvolvimento para suprir e reduzir essa disparidade local.

Nota-se diante do exposto, que houve um grande aumento de preço nos itens de alimentos básicos, que em fevereiro de 2022 atingiu o recorde de preço em alguns produtos. Com o aumento, muitas famílias que viviam em situação de extrema pobreza não tiveram muitas alternativas a não ser recorrer a produtos de qualidade inferiores ou bens substitutos. Nesse viés, é útil salientar que de 2019 até 2022 houve também oscilações e aumento no preço de produtos, durante esse período o índice aumentou mais para um maior número de famílias vivendo em extrema pobreza.

A pesquisa procurou reforçar a importância da Política de Assistência Social, em particular, dessa política de transferência de renda, através do Auxílio Emergencial, implementada no início de 2020 ao longo do Brasil. Mais do que isso, essa política se apresentou como a mola propulsora para manter minimamente a estrutura produtiva existente em cada município dos estados.

Por fim, os resultados deste artigo demonstram a importância da proteção social, especialmente nos momentos de fragilidade social que o país está passando, especificamente as famílias em situação de extrema pobreza, tendo em vista a desigualdade social no Brasil, sendo que o seu cancelamento pode repercutir negativamente em todas as economias locais.

REFERÊNCIAS

ACAYABA Cíntia e **PINHONI** Marina. **Cidades mais violentas tem 9 vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as menos ba e rj concentram recordistas**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidades-mais-violentas-tem-9-vezes-mais-pessoas-na-extrema-pobreza-do-que-as-menos-ba-e-rj-concentram-recordistas.ghtml> Acesso 19 de out. 2022.

ARANHA, Adriana. Estado em ação: ideias, atores e instituições no enfrentamento da fome e extrema pobreza no Brasil. 2019. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28785/TESE%20FINAL.AdrianaAranha.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 17 de out de 2022

BOAVENTURA, Alba; NOBREGA, Wagner; Gonzales & Barreira; Costa e Freire. Auxílio Emergencial virou Catapulta Eleitoral. 2020. Disponível em: http://cafecomdados.com/wp-content/uploads/2020/08/grafico_-2020_08_3.pdf Acesso em 17 de out. 2022

CAVALLINI, Marta. Mais de 14 milhões de famílias vivem na extrema pobreza, maior número desde 2014. 2021 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/06/mais-de-14-milhoes-de-familias-vivem-na-extrema-pobreza-maior-numero-desde-2014.ghtml>

Acesso em: 15 nov 2022

CÉSAR, Davi. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em 18 de out de 2022

CNA Brasil. IPCA cai 0,36% em agosto, acumulando alta de 8,73% nos últimos 12 meses 2022, Disponível em:

https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/files/Comun.Tec.IPCA_Ed.26.2022.pdf Acesso em 10 de nov 2022

ECODEBATE, Índice de Preço dos Alimentos bate recorde histórico em fevereiro de 2022.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/03/07/indice-de-preco-dos-alimentos-bate-recorde-historico-em-fevereiro-de-2022/> Acesso em 10 de nov 2022.

ELIAS, Juliana. Em 2 anos de pandemia, supermercado subiu 31%, conta de luz 33% e gasolina. 44%. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-2-anos-de-pandemia-supermercado-subiu-31-conta-de-luz-e-gasolina-44/> Acesso em 18 de out de 2022

FANTASTICO. Fila para conseguir doação de ossos e flagrante de luta de famílias brasileira contra a fome. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml> Acesso em 27 de out 2022

G1, Globo. RJ distribui vale de R\$ 100 para substituir merenda de alunos da rede estadual durante pandemia. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/13/rj-anuncia-distribuicao-de-vale-de-r-100-para-alunos-da-rede-estadual-durante-pandemia.ghtml>. Acesso em 17 de out de 2022

GUITARRARA, Paloma. Pobreza no Brasil: causas, dados, consequências. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em 27 out 2022.

IBPT; OLENIKE João Eloi; AMARAL Gilberto Luiz do; AMARAL Letícia Mary Fernandes do, 2022. Estudo sobre variação dos produtos na pandemia 2022. 2022, Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1ZbWvlyl_fm6d_jhN13BqtiFLpc2M2tSJ/view Acesso em 27 de out. 2022.

IMENES Martha. A Galinha chorou, e o consumidor também: ovos sobem mais de 200% acima da inflação. 2022, Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/a-galinha-chorou-o-consumidor-tambem-ovos-sobem-mais-de-200-acima-da-inflacao-25535859.html> Acesso em 08 ago 2022

LIMA, Bianca. GERBELLI, Luiz Guilherme. Com fim do Auxílio Emergencial, Brasil tem 2 milhões de novos pobres só em janeiro. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2021/02/06/com-fim-do-auxilio-emergencial-brasil-tem-2-milhoes-de-novos-pobres-so-em-janeiro.ghtml> Acesso em 17out. 2022.

MARCHESAN, Ricardo. **Fim da ajuda do governo**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/auxilio-emergencial/#cover> Acesso em 17 de out de 2022

MARCHESAN, Ricardo. **Redução da pobreza, melhora do PIB, rombo nas contas: o que fica do auxílio emergencial que acaba agora?**. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/auxilio-emergencial/#covid> Acesso em 17 out. 2022

MARQUES, João Paulo. **Desigualdade social no Brasil. Todo Estudo**. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/desigualdade-social-no-brasil.Acesso> em 27 de out 2022.

Ministério da Saúde do Brasil, **Guia alimentar população brasileira**, 2014. Disponível em https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf Acesso em 27 de out. 2022.

O Documento, Número de famílias em extrema pobreza salta em 1,8 milhões em 2022.

Disponível em: <https://odocumento.com.br/numero-de-familias-em-extrema-pobreza-salta-18-milhoes-em-2022/>

Poder 360, Número de famílias na extrema pobreza salta 118 em 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-familias-na-extrema-pobreza-salta-118-em-2022/> Acesso em: 08 mai 2022.

RIBEIRO, Amarolina. **Desigualdades regionais do Brasil**. 2022, Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/desigualdades-regionais-do-brasil/> Acesso em: 17 out. 2022

SILVEIRA Daniel. NAIME Laura. **Alta dos alimentos no ano é a maior desde 2002; veja itens que mais subiram**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/08/alta-dos-alimentos-no-ano-e-a-maior-desde-2002-veja-itens-que-mais-subiram.ghtml> Acesso em 14 nov 2022

SRE, Passos. **Governo de Minas lança o "Bolsa Merenda"**. 2020. Disponível em: <https://srepassos.educacao.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/9-noticias/207-governo-de-minas-lanca-bolsa-merenda>. Acesso em 17 de out de 2022